

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA



II CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

TEMA:  
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, ALICERCE DA SEGURANÇA NACIONAL

PROFESSOR ESTAGIÁRIO  
EMILIA THEREZA ALVARES RIBEIRO

RIO

1972

114

117



# "EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, ALICERCE DA SEGURANÇA NACIONAL"

## PLANO DO TRABALHO

### I - INTRODUÇÃO

### II - DESENVOLVIMENTO

- 1) Segurança Nacional
- 2) Objetivos Nacionais e objetivos educacionais
- 3) A crise educacional (Metodologia, Currículos, programas e conteúdos didáticos)
- 4) Causas econômicas e psicossociais da crise
- 5) Soluções educacionais
- 6) Moral e Cívica nos tres níveis
- 7) Estudo de Problemas Brasileiros (análise)
- 8) Universidade e comunidade
- 9) Centro Superior de Civismo e atividades extraclasse
- 10) Atividades extra-escolares
- 11) Regulamentação da disciplina Moral e Cívica nos tres níveis.

### III - CONCLUSÕES

#### I - INTRODUÇÃO

Afirmo, sem medo de errar, que a criação da disciplina Moral e Cívica, em todos os níveis de ensino, pela lei 869/69, constitui o maior impacto positivo dado à educação brasileira.

Reforçando o decreto-lei 869/69, surgiram prescrições da Comissão Nacional de Moral e Civismo, relativas a currículos e programas básicos (1970), o decreto 68065/71, regulamentando o decreto

-lei 869 e o parecer 94/71, da Comissão Especial de Moral e Civismo, do Conselho Federal de Educação.

Diversas gerações de brasileiros foram criadas, sem que houvesse esta disciplina nas escolas. É natural que, agora, muitas pessoas se espantem, ao ouvir falar em Moral e Civismo, que lhes parece ter um sentido estático e saudosista.

Podemos concluir, a grosso modo, que as pessoas de menos de cinquenta anos, portanto a geração que está em plena vigência, não tiveram aulas de Moral e Civismo.

É bom lembrar que, enquanto nossa política educacional esquecia que é importante amar o passado, para construir o futuro, os demais países sempre valorizaram seus vultos históricos e cultuaram suas tradições. A transformação que o país vem sofrendo, nestes últimos anos, com o despertar de nossa realidade e de nossos cultos, as observações sobre o que já tem sido feito e o que ainda podemos fazer, constituirão a temática desta monografia, que procuraremos condensar, embora um pouco mais superficialmente do que desejávamos, dada a magnitude do tema e sua real profundidade.

## II - DESENVOLVIMENTO

### 1 - Segurança Nacional

O planejamento científico é hoje o centro de todas as ações estatais. A própria epocologia sofreu impacto da aceleração do tempo histórico, sendo substituída pela futurologia ou prospectiva, na preferência dos estudiosos.

No entanto, embora jamais tivesse tido a divulgação da futurologia, não podemos fazer uma planificação perfeita, para o fu-

turo, sem a epocologia.

A evolução de um país, em todos os setores, do tecnológico ao espiritual, depende da conjuntura nacional e internacional e, portanto, daquilo que em História, denominamos maturidade histórica.

Se precisamos planejar em todos os sentidos, com muito maior razão, temos que fazê-lo em relação à Segurança Nacional.

No artigo "Estruturas Militares Contemporâneas", a equipe da Divisão de Assuntos Militares da Escola Superior de Guerra, declara que, para garantir a Segurança Nacional, no contexto do Mundo contemporâneo, há necessidade de proteção de órgãos internacionais, até mesmo para as nações em posição de liderança. Cada país tem que ter condições para manter a segurança interna "de sua exclusiva responsabilidade" e responder às eventuais necessidades externas.

O Brasil, como país democrata, tem o Chefe da Nação como chefe supremo das Forças Armadas, sendo assessorado pelo Alto Comando das Forças Armadas e Estado Maior das Forças Armadas e o Setor Militar, constituído pelos ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, prontos a atuar, em quaisquer emergências, de subversão ou guerra, mas fazendo, através de seus comandados, um trabalho de grande envergadura, no campo da integração nacional e no setor educacional.

Como está claro, em artigo da Constituição Brasileira, o papel de nossas Forças Armadas é simplesmente defensivo, em relação à política externa.

Em 1970, estivemos no Paraná, para pronunciar conferências, uma das quais a convite do comandante da 5ª Região Militar, General José Campos de Aragão, sobre "A O.N.U., a evolução da educação e o impacto das gerações", para oficiais superiores, na própria sede da

Região Militar, numa demonstração nítida da abertura que as Forças Armadas vêm dando ao problema educacional, como fator de segurança.

Nesta visita, recebemos uma grande lição, do que o Exército vem fazendo, no campo educacional, através de uma cópia do planejamento que vinha sendo aplicado naquela área, pelo General Campos de Aragão.

A Escola Superior de Guerra vem realizando magnífico trabalho, com estudos e debates, para a formulação de uma política de Segurança Nacional, que se coadune com o espírito democrático do povo brasileiro; fixando objetivos permanentes e objetivos próximos e distantes.

Além deste trabalho, tem a Escola Superior de Guerra, dado a oportunidade a ilustres brasileiros, recrutados entre civis e militares, de fazerem seus cursos, integrando-se mais na temática nacional.

Ainda, saindo do regime dos cursos internos, os conferencistas da Escola Superior de Guerra, vêm divulgando os conceitos básicos de Segurança, atendendo a convites de Instituições, como no caso de duas Jornadas de Estudo de Problemas Brasileiros, que organizamos, através do Instituto de Altos Estudos Históricos e Sociais, em 1971, e que contaram com a preciosa colaboração de seus Membros.

Outro reflexo da Escola Superior de Guerra, de imensa irradiação nos setores intelectuais brasileiros, é a criação da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que publica a excelente Revista "Segurança e Desenvolvimento".

No setor Universitário já vem sendo imensa, nestes dois anos e meio, a divulgação de problemática brasileira, em termos de diagnóstico e soluções, utilizando-se o debate com os alunos, que passam a sentir sua responsabilidade na Segurança Nacional.

Sem dúvida, um passo de incalculável alcance, foi dado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (a qual nos sentimos vinculada pela formação, de ex-aluna e onde iniciamos a carreira de magistério, como auxiliar de ensino) criando o Forum de Estudos Brasileiros. Os trabalhos deste Forum, em nível de pós-graduação, vêm dar aos coordenadores de Estudo de Problemas Brasileiros, ângulos novos, muitas vezes, porque os assuntos são trazidos pelos próprios planejadores e executores dos programas governamentais, que se desdobram em esclarecimentos e debates. E setenta professores, poderão esclarecer melhor sobre as últimas diretrizes e as últimas vitórias na integração e segurança, a muitos jovens... A quantos jovens poderemos nós esclarecer é imprevisível. E a quantos adultos poderemos levar esta mensagem, através de nossas próprias Instituições e conferências...

O próprio Forum está tomando, ainda, a feliz iniciativa de uma revista, segundo seu Presidente, Dr. Hélio Fraga, que multiplicará os conhecimentos sobre o Brasil.

## 2) Objetivos nacionais e objetivos educacionais

No Brasil, os objetivos nacionais nascem dos interesses e aspirações vitais do povo que, após um longo período de vivência, são caracterizados como objetivos nacionais permanentes.

Para alcançarmos os objetivos nacionais permanentes, temos que passar pelos objetivos próximos ou atuais, que são modificáveis, com a evolução e o amadurecimento dos ideais.

Em matéria educacional, é preciso que toda a planificação

seja feita de acordo com os objetivos atuais e permanentes do país.

Este foi, por muitos anos, um dos erros da política educacional brasileira, que se está procurando corrigir, agora, através da educação moral e cívica, em todos os níveis e com a reforma educacional.

Evidentemente, o Brasil não tem como único objetivo educacional a Segurança Nacional, nem o desenvolvimento, considerando que na democracia, o homem é um fim e não um meio.

Interessa, basicamente, a nossa política educacional, desenvolver as potencialidades e aspirações do educando.

Podemos dividir os objetivos educacionais, como os nacionais em permanentes e atuais, gerais e específicos, considerando seis domínios fundamentais, que nos são fornecidos pelo mestre Lourenço Filho:

- a) defesa da saúde
- b) participação da vida do lar
- c) compreensão da vida recreativa
- d) compreensão das formas variáveis de trabalho e da cooperação delas resultante.
- e) fortalecimento do caráter moral e dos sentimentos de responsabilidade individual.
- f) compreensão da vida cívica moral e religiosa.

Não podemos nos deter nos objetivos educacionais, como não penetramos, também, nos objetivos nacionais, porque comportariam mais duas monografias.

Apenas procuraremos provar que os objetivos de desenvolvimento e segurança são alcançados, com maior firmeza, quando se desenvolvem as aspirações individuais, com critérios democráticos.

É preciso não esquecer, contudo, que para serem traçados

os objetivos educacionais, o planejador tem que focalizar a situação real do educando, sua idade, seu ambiente, perguntando:

- a) a quem educar?
- b) para que educar?
- c) como educar?

É só depois de responder a estas perguntas, desenvolver a personalidade em embrião, mas já a personalidade, para a auto-realização e integração à Pátria.

Formulamos duas perguntas incisivas que a História já respondeu, no passado, dando bases futurológicas para raciocinarmos:

- 1) Até que ponto o homem que não é livre, continuará a contribuir para o desenvolvimento, nos Estados Autocratas?
- 2) Até quando o desenvolvimento garante a segurança interna de uma Nação de insatisfeitos?

No passado, vimos os governos autocratas manterem-se no poder, até o momento em que o povo sentiu forças para rebelar-se. E não há, como no caso do Império Bizantino, que se vinha desfazendo em lutas, muito antes da queda definitiva (em 1453) Forças Armadas que consigam manter a estabilidade política e a integridade territorial.

Não traremos o testemunho de um brasileiro, mas de um relatório, apresentado pelos técnicos da Unesco, quando do 10º (10) ano da planificação internacional da educação. Falando sobre a planificação educacional brasileira, revela o relatório, que é democrática procurando, ao lado do desenvolvimento nacional, satisfazer às aspirações do educando.

3 - A crise educacional (metodologia, programas, currículos e conteúdos didáticos)

A Unesco, em sucessivos relatórios, analisando o panorama internacional da educação, conclui que há uma crise educacional, no mundo todo e atribui a falhas da metodologia, programas, currículos e conteúdos didáticos.

Afirmam seus técnicos que a tecnologia tem progredido geometricamente, enquanto a educação evoluiu aritmeticamente.

Os conteúdos dos livros didáticos, em nível internacional, apresentam erros e estereótipos, os programas são inadequados à realidade vivencial e à idade do educando, currículos e metodologia têm que ser reformados.

No mundo e no Brasil fala-se de crise da escola e, principalmente, de crise da Universidade.

A crise, declara o professor Lourenço Filho, em um dos seus últimos trabalhos, não é da Universidade e sim na Universidade. A escola, voltamos a opinar, é um micro-organismo social e o mais sensível deles, por isto, na Universidade, onde outros fatores agravam a sensibilidade juvenil, estouram as principais crises (faremos rapidamente algumas observações pois, em outros trabalhos, já analisamos este assunto, em maior profundidade).

A Unesco tem total razão, ao apontar conceitos falsos, em livros didáticos. Analisando livros das mais conceituadas coleções históricas do mundo, como a "Évolution de l'humanité" ou a "Histoire Générale", há a utilização da palavra "raça" com critérios valorativos. Em obras mais especializadas, como a de Gustave Le Bon, confunde-se o sentido de evolução cultural com superioridade racial. Há em vários autores europeus, utilizados em nossas Universidades,

o sentido de "raça" com qualidades específicas, em países europeus e asiáticos, que sabemos profundamente miscigenados. Um dos mais graves conceitos é o de semita, como raça, quando semita é uma cultura, da qual fazem parte abissínios, árabes e israelitas... Dentro dos próprios grupos árabes e israelitas a antropologia comprova que há mais de um "stock" étnico.

Este aspecto tem muita importância, como exemplificação, para o nosso jovem, que poderá sentir a paz de uma pátria, onde não há idéia de pureza racial ou preconceitos.

Devemos mostrar-lhe que alvorecemos à sombra de uma cruz, e que Cristo continua de braços abertos, para todas as cores e crenças à entrada da mais bela baía do mundo.

#### 4 - Causas econômicas e psicossociais da crise

Expusemos que a crise não é só brasileira, nem só da Universidade. É mundial.

A explosão demográfica, o crescimento vertiginoso da tecnologia, os meios de comunicação de massa, atingindo em cheio a uma geração que pode ser denominada geração da televisão, trouxeram imensas transformações.

As notícias que têm rapidez assombrosa, atingindo os mais diferentes pontos da terra e levando mensagens a populações culturalmente não preparadas, podem causar, às vezes, alguns desajustamentos que interessam ao processo educacional e à Segurança Nacional.

Sendo a televisão um "meio quente", no dizer de Mc Luhan, envolve o espectador integralmente e acostuma-o à imagem visual. O

mesmo se dá com o cinema, em menor escala, o teatro e a revista colorida.

A realidade é que, as novas gerações preferem as mensagens audiovisuais aos textos, pela própria evolução, junto aos aparelhos de televisão e à leitura da estória em quadrinhos que evolui para a fotonovela e a novela de televisão.

São imensos, neste caso, os reflexos sobre os novos métodos, utilizando-se, o máximo possível, os audiovisuais e sentindo-se menor facilidade de redação, da parte do estudante, o que leva a modificar o sistema de trabalhos letivos.

Mas, o que interessa aos aspectos de segurança e de educação moral e cívica, é que através destas programações, pode-se desmanchar todo o trabalho do educador, se não houver um planejamento que se coadune com os objetivos educacionais e nacionais, em geral.

Toda a literatura das novas gerações, vem sendo invadida por um "freudianismo" distorcido e as experiências de "O Admirável mundo novo" e "As portas da percepção", de Aldous Huxley, são lidos por jovens imaturos.

Com a melhor das intenções, têm sido passados filmes sobre tóxicos, alguns, belamente coloridos, para mostrar seus prejuízos. Julgamos, data venia, que o efeito é o oposto do desejado, pois provoca a curiosidade do jovem e o digo como educadora, com muitos anos de comunicação direta com os estudantes.

Este é o momento de despertar do jovem para o mundo, de tentar resolver os problemas, da necessidade de entrar em vigência e da forte competição, nem sempre leal.

Toda a mudança de estrutura de família, com a transformação do "status" da mulher e do jovem, numa fase evolutiva, traz uma forte ebulição e conseqüente desequilíbrio.

Não é possível deixar de tocar no conflito de gerações, que se sempre esteve latente, hoje é aberto. Esta geração que cursa atualmente as Universidades, criada com acentuado liberalismo, às vezes levado ao exagero, aumenta a diferença existente entre as gerações.

O período normal entre 2 gerações históricas é, aproximadamente, de 15 anos, no entanto, com as transformações tecnológicas e científicas, a entropia que a tudo atinge, precipita as mutações dos "mores" sociais. Atualmente as transformações, num período de cinco anos, são tão grandes, que o próprio conceito de geração histórica se perde.

Se não houvesse as mutações, de uma geração à outra, o mundo seria estático, mas as transformações bruscas causam desequilíbrios.

Não podemos, nem queremos deter o processo social, mas discipliná-lo, para o bem do cidadão e garantia da Segurança Nacional. A principal arma é a educação, especialmente a Educação Moral e Cívica.

Neste processo do mundo moderno, não podemos esquecer que através da propaganda, especialmente da subliminar, todos habituaram-se a um conforto maior e a maior elegância, o que melhorou o nosso padrão social, mas com reflexos sobre os orçamentos familiares e, conseqüentemente, necessidade de trabalhar mais. A realidade brasileira é a do estudante que trabalha, mas vivendo com melhor padrão e casando-se mais cedo, necessita de mais de um emprego, ou mais horas de trabalho e pode estudar menos, daí também a necessidade de adaptar currículos e programas a esta contingência.

Entre os diagnósticos de nosso quadro, merece menção a supervalorização da juventude, através da propaganda comercial, (o jo

vem constitui mais de 50% da população brasileira) e o fato das novas técnicas roubarem, em parte, a vantagem dos mais experientes, diante de máquinas novas. Isto faz com que o jovem despreze, muitas vezes, a companhia da outra geração e se apresente como o dono da verdade. Quebrada a ligação com os mais experientes, psicologicamente, mesmo que não sejam mais cultos, nem mais inteligentes, mas possuidores de maior vivência, torna-os presas mais fáceis às forças negativas.

O que depreendemos, é que a sociedade contemporânea está em espiral ascendente, em todo o campo material e, só há pouco tempo, surgiu a preocupação, fora das confissões religiosas, de dar ao homem forças espirituais de reação e buscar os métodos educacionais adequados.

Não apenas o jovem, mas o homem em geral, de nossa época, está despersonalizado. No próprio meio intelectual, há formação de grupos que passam a pensar e agir de acordo com uma liderança, nem sempre sadia.

Mc Luhan chama-o homem tribalizado, mas seja como for, estas reações grupais, podem marginalizar alguns dos mais inteligentes. Entre os "hippies", parece-nos haver muitos destes casos, de falta de força para enfrentar as "pressões sociais". Evidentemente, é preciso ensinar o jovem a sair destas situações grupais e a reagir a elas, em lugar de sucumbir, lembrando Gonçalves Dias: "a vida é luta que aos fracos abate..."

As pressões grupais já nascem de erros educacionais que, podem ser superados, com exemplos de honestidade e trabalho e reação cultural disciplinada.

Cabe, aqui, a observação sobre o perigo de ideologias estranhas penetrarem nesta geração, com pouca comunicação com as an-

teriores, mas tendo medo de reagir ao "seu grupo" e "sua geração", procurando marcar sua passagem pela modificação de comportamentos.

Nossa geração foi a geração de choque, plasmada logo depois da segunda guerra mundial. Somos, atualmente, da geração em vigência e podemos, muito a vontade, prosseguir uma pesquisa iniciada há 17 anos, quando participávamos do lado jovem. Aquela época já pensávamos diferente, já lutávamos pelas modificações de currículos e métodos de ensino, mas dentro da disciplina e, poucos paravam para ouvir o jovem e levar avante suas idéias.

Hoje, tudo se precipitou e dialogamos com eles, porque compreendemos as necessidades de mudar, mas também podemos moderá-los e guiá-los, porque sentimos, neste meio de caminho, os destinos do jovem, as necessidades da educação e do desenvolvimento e segurança nacionais.

Eles desde cedo estão dialogando. Estão sendo ouvidos mas sofreram, mais do que as gerações anteriores, neste período em que, na prática, passou-se mais de uma geração, os problemas do crescimento, especialmente os habitantes das megalópoles.

## 5 - Soluções educacionais

Uma parte dos problemas educacionais do mundo e, muito especialmente no Brasil, vem sendo contornada pela reforma de ensino.

Se nossa reforma está dando os primeiros passos, não será possível, de momento, darmos suas conseqüências. No entanto, já podemos, pela própria lógica, sentir que o ensino primário e ginásial, dados como partes fragmentadas, que tinham como simples resultado a instrução do educando que o conduziria ao nível seguinte, sem pre-

pará-lo para a vida e o trabalho, sofreu uma transformação positiva, com a fusão dos dois níveis em ensino fundamental. A antiga fórmula, estudada pelo I.N.E.P., foi considerada inadequada à idade dos educandos e à realidade nacional. Por outro lado, o espectro do exame de admissão, que, algumas vezes, traumatizava a criança, de forma definitiva, desapareceu.

Ao ser atingido o segundo grau não há lacuna, mas persiste a continuidade, que não será quebrada, nem com a passagem para a Universidade que é, preferencialmente, denominada terceiro grau, tirando os conceitos supervalorizadores, com que foi sempre encarada.

Achamos que a Universidade tem que ser, como está sendo, democrática e aberta a todos. O fenômeno de crescimento de Faculdades no Brasil, vem demonstrar o quanto se deseja dar de oportunidades democráticas, a todos os jovens. O próprio critério seletivo rigoroso de professores titulares, para as Faculdades particulares, demonstra a consideração que o poder público vem tendo para com a educação.

Mas, através de uma divulgação maior, as profissões técnicas de nível médio devem ser valorizadas, visando o desenvolvimento nacional e as próprias oportunidades de mercado de trabalho para o jovem.

O preconceito contra as profissões técnicas de nível médio existe e compete aos educadores o esclarecimento de sua importância. Este problema não é só brasileiro. Os relatórios da Unesco, baseados em enquêtes feitas em diversas partes do mundo Oriental e Ocidental, revelam que a situação é internacional. Sendo resolvida pelo planejamento estatal nos países autocratas, visando simplesmente o desenvolvimento, encontrou solução democrática nos Estados Unidos da América do Norte, através de motivação salarial.

Com a participação dos Educadores, auxílio da imprensa e salários compensadores, conseguiremos estabelecer o equilíbrio desejado para o país, no setor técnico de nível médio, que já conta com 250 diferentes direções.

Deve-se deixar claro, nesta divulgação, que o técnico de nível médio, já não terá cortada a escalada para o nível superior, ao contrário, com mais facilidade de trabalhar, poderá custear seus estudos, no terciário, mais facilmente.

No próprio nível superior já estamos enveredando pelo ensino permanente, preconizado pela Unesco.

Podendo o curso terciário ser feito, em maior número de anos e chegando-se, ao máximo de conhecimentos, através de cursos de pós-graduação.

O ensino programado, também recomendado pela Unesco, vem sendo aplicado no Brasil, já dentro de uma técnica que facilita o aprendizado e a avaliação. Não podemos, em função de problemas econômicos, ter o requinte da América do Norte, onde o ensino programado está tão aperfeiçoado que é preparado especialmente para cada Aluno, mas já demos passos positivos.

Largamente utilizadas, entre nós, têm sido as técnicas audiovisuais, as mais apropriadas para o homem, cujos condicionamentos analisamos anteriormente, o homem da era da luz, da cor e do som.

Entre nós há, é verdade, certas limitações econômicas. O material é caro e limitado, em cada unidade educacional, especialmente a televisão de circuito fechado, que é utilíssima para a complementação de aulas, que também já usamos, mas com grande moderação.

A televisão educativa, em horários especiais, vem sendo em pregada no Brasil, com bons resultados.

A Unesco exalta o emprego da televisão, chegando a propor a substituição do professor pelo receptor de televisão. Ahamos que a relação professor - aluno é básica, no processo de interação e in substituível. O receptor pode dar "instrução", mas não a "educação integral" que só o mestre, sensível e comunicativo, pode transmitir, de acôrdo com as necessidades de cada turma e de cada aluno. Devemos usar a televisão, como motivação e complementação.

Mas, o aspecto mais sério da televisão, é seu uso como dis tração, que é realmente fundamental, mas que deveria seguir os ob jetivos nacionais, dada sua repercussão assombrosa.

Sabemos que televisão, cinema, rádio e mesmo literatura, u sam muito o anti-herói e as fórmulas de violências, intrigas e ex ploração de tipos patológicos, de profundos reflexos sobre a juven tude. Também neste setor, analisado em outro trabalho nosso, não nos deteremos muito.

Ahamos que o direito da maioria, de educar seus filhos, deve prevalecer sobre o direito de alguns, de divulgar mau gosto ou mensagens negativos. As medidas tomadas, atualmente, pela censura devem prosseguir. Se a televisão é entretenimento, deve ser sadio e não oposição às tradições educacionais da família brasileira.

Um dos aspectos mais difíceis de resolver é realmente es te, de dar mensagens positivas divertindo e só poderá ser decidido pela colaboração maior de diretores de programa, patrocinadores e e ducadores. É preciso ter a visão dos dois sentidos, porque se trans formássemos a televisão, em simples transmissora de educação, esta ríamos tirando um dos objetivos, mesmo, da educação que é o apro veitamento das horas de lazer e roubando ao cidadão um de seus mais claros direitos. Poderíamos ter, em programas variados, para cada hora, 10 minutos de mensagem educacional, bem preparada para ser

suavemente transmitida.

Através, de toda esta modificação de currículos, métodos, programas e conteúdos, estamos modificando o próprio homem, para que possa ter liberdade plena com responsabilidade. A modificação do homem é um lento processo evolutivo que demanda tempo.

A solução básica está na Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, em todos os níveis de ensino.

Como lembramos, na Introdução, houve uma séria lacuna neste sentido, no Brasil e por isto, muitos brasileiros confundem o direito público ao privado, resolvendo arbitrariamente em órgãos públicos, como monarcas absolutos. Para a nossa sociedade, que ainda não diferencia "educação" de "instrução" ou "status", são classificados de educados.

Na realidade, há uma profunda diferença entre "educação": formação de hábitos, integração total do ser humano à sociedade e "instrução", no sentido de adestramento profissional, seja para o trabalhador modesto ou para o intelectual.

Por muito tempo, o homem parecia envergonhar-se de cultuar à pátria e chegava a "ter vergonha de ser honesto", disse Ruy Barbosa.

Os personagens históricos brasileiros eram e, ainda são, levados ao ridículo, sendo acentuadas suas aventuras extraconjugais e esquecidos os aspectos positivos; único ponto que deveria ser apontado ao jovem. Não se trata de atirar um véu sobre a realidade histórica e educacional, mas de separar o joio do trigo e oferecer o trigo puro ao jovem, até que, amadurecido, pela idade e pela experiência, possa analisar causas e efeitos dos erros humanos, sem tomá-los como protótipos.

A história era e ainda é, muitas vezes, um simples exercí-

cio mnemônico, nada restando de vivencial. Enquanto isto, o teatro o cinema e a literatura, detratam os personagens históricos, literários e esvasiam a juventude das tradições positivas do Brasil. Sobre o assunto já apresentávamos tese, em 1957, publicada nos anais do III Congresso Brasileiro de Teatro e recomendada às Universidades. E este ano, vimos nosso desejo satisfeito, com a criação de um concurso de peças, neste sentido, pelo Sr. Ministro da Educação, Coronel Jarbas Passarinho.

Outro aspecto negativo é o da interpretação da História, exclusiva e unilateralmente, pelos aspectos econômicos e sociais, cuja importância ninguém nega. Mas, nenhum fato histórico tem uma explicação única e sim uma constelação de causas e conseqüências, ligados elos de uma corrente.

Dentro dos princípios materialistas, às vezes extremistas e, até, introdutores de ideologias estranhas, foram criadas e condicionadas várias gerações. É verdade que, cabe à família uma grande parte da base educacional, mas nem todos os jovens têm a sorte de possuir um lar que lhes possa dar os conteúdos morais, patrióticos e religiosos. Principalmente, é preciso encarar a situação dos mais jovens, que estão enfrentando, agora, uma estrutura diferente de sociedade, com maior impacto do seu grupo e dos meios de comunicação de massa.

O prof. José Camarinha do Nascimento, apresenta no artigo "Civismo e Educação da Juventude" (Revista Segurança e Desenvolvimento - 1968) o resultado de uma pesquisa, com jovens, onde os valores mentais foram catalogados em 14 categorias. Partindo dos valores considerados mais altos, pelos jovens, verificamos que, em primeiro lugar, estão os comerciais (29%), em segundo os intelectuais (15%), passando por diversos outros valores, para atingir seus mais

baixos índices, nos valores relativos a: religião (0,4) e civismo (0,3).

Em situação um pouco melhor, em relação aos dois últimos, os valores morais obtiveram 5,3%. Mas, se compararmos aos setores comercial e intelectual, é bem baixa a avaliação dos valores morais.

Em pesquisa, por nós dirigida em 1971, com grupos de alunos, junto à comunidade de Campo Grande, obtivemos resultado bem mais favorável, relativamente à religião.

A amostragem foi feita em quatro colégios: um católico, um espírita, um protestante e um aconfessional. Atingindo, também, alunos de curso noturno, as idades variam de 10 a 55 anos, sendo, contudo mais de 80% de menos de 18 e quase a totalidade de menos de 30.

A pesquisa abrangeu um total de 1381 estudantes, dando como resultado 1340 pessoas religiosas (1057 católicas, 234 protestantes, 41 espíritas, 4 umbandistas, 2 adventistas, 1 testemunha de Jeová, 1 Mórmon) e 41 apenas sem religião.

Parece-nos que, inclusive, aquela área é mais preservada de conteúdos ideológicos e mais organizada, no setor familiar, embora a televisão exista em todas as casas e os jovens consomem a mesma literatura que atinge os das áreas mais requintadas da Guanabara. Possuem eles grande interesse pelos assuntos sociais e pelas teses modernas de liberdade.

A explicação mais plausível, para uma evolução mais disciplinada, parece residir na estrutura de família, ali menos atingida, na religião e na própria escolha de professores pelas escolas e Faculdades que, embora sejam recrutados normalmente em outros bairros da Guanabara, não são introdutores de idéias "avançadas" e i-

deologias extremistas.

Comparando este resultado, com o da pesquisa do Prof. Camarinha, que apresenta um valor de 0,4% para religião concluímos que faltou àquela juventude orientação religiosa e observando o resto da estatística, "orientação moral e cívica."

Em seu artigo 3º, o decreto 68065, deixa evidente a necessidade de se formar o caráter do cidadão, apoiado na tradição nacional, cômico dos deveres para com a família, a comunidade, o trabalho, a pátria e sobretudo, certo de que existe uma força suprema que a tudo preside.

Como a educação é um processo assintótico, é preciso dar continuidade à formação Moral e Cívica do cidadão, mesmo que já tenha atingido à Universidade ou, com mais idade, tenha recorrido ao ensino supletivo.

Segundo o decreto-lei 869 e o decreto 68065 a responsabilidade dos conceitos morais incide mais sobre a disciplina moral e Cívica, inclusive em seu conteúdo de nível superior, mas a responsabilidade é de toda a escola e da Universidade inteira, para que haja unidade da mensagem educacional. Assinala o grande valor da prática educativa, pois é praticando que melhor se fixa o aprendizado.

A Tradição Nacional é básica para a nossa integração total e devemos frisar que, jamais tivemos preconceitos raciais ou religiosos, embora uma corrente sociológica brasileira, tivesse levantado esta questão quase criando o preconceito às avessas.

Devemos, sem ufanismo, explicar nossas raízes lusas. Na península Ibérica, bérberes e árabes, de pele escura, constituíram, durante o período da dominação muçulmana, os grupos mais ricos e cultos. Quando da formação dos reinos de taifas e do nascimento de reinos cristãos, através da reconquista, lutavam e miscigenavam-se.

A mulher árabe, por ser do grupo mais culto, recebia especial preferência dos cristãos. Nesta velha tradição houve base para que o português formasse, no Brasil, um grupo étnico, nascido da miscigenação com o negro e com o índio (assinala Gilberto Freyre em "Interpretação do Brasil", a importância do fato).

A palavra "raça" entre nós miscigenados, aculturados e assimilados, perde todo o sentido preconceituoso; assim mesmo é mais aconselhável falarmos em "stock", com suas explicações científicas, como preconizava Arthur Ramos.

Só assim compreendemos, como conseguimos libertar escravos sem derramar sangue e fazer resoluções sem violências.

Outro fator que precisa ser acentuado, pela tradição, é a tolerância religiosa e seu papel na história.

Podemos sentir, com Vianna Moog, como a miscigenação foi facilitada no Brasil, pela vinda de homens sem as esposas, mas também pela tolerância do catolicismo.

A tendência aculturativa dos elementos vindos para o Brasil, somando-se aos aspectos menos segregadores da religião católica, facilitaram a miscigenação e esta refletiu-se num processo mútuo, sobre a formação de uma cultura sincrética que, desde o início tomou feição própria: é o nacionalismo que se forma.

Podemos, cultuando o passado, em bases realísticas e científicas, amar muito mais o presente e sentir que podemos servir de exemplo a quase todos os países tecnologicamente adiantados, onde persistem lutas raciais e religiosas, como na Holanda, Irlanda, Rússia e Estados Unidos da América do Norte.

Nossa Constituição é muito clara quanto à igualdade racial e liberdade religiosa.

O fim do cidadão é o Estado. Mas o fim do Estado democrá-

tico é o ser criado por Deus.

A disciplina Moral e Cívica é aconfessional. A Constituição Brasileira de 1967 e a emenda Constitucional de 1969, deixam claro o fato, mas, no preâmbulo da Constituição fica plenamente definida a posição dos legisladores, "invocando a proteção de Deus".

Prosseguindo no estudo da Constituição, podemos constatar, em todo seu conteúdo, a marca do espírito democrata cristão, que é apanágio do bloco Ocidental Cristão (Jacques Maritain e Imbart de la Tour bem o definem em seus trabalhos: "Christianisme et democratie" e "La question des investitures").

A disciplina Moral e Cívica, não pode ser confundida com a de História da Religião, em nenhum nível, porque estaria ferindo os princípios constitucionais.

As aulas de religião são optativas e paralelas.

Em 1961, a União Internacional Pró-liberdade de Ensino (UILE) promoveu um Congresso sobre Liberdade do Ensino, na Universidade Católica (Guanabara). Um dos principais assuntos tratados, foi o da liberdade de culto e ensino de religião nas escolas. Éramos educadores de diversas religiões, diversos países e tínhamos todos a idéia de que se deveria promover o ensino religioso nas escolas. O principal problema que encontramos, foi o das minorias religiosas, que teriam dificuldades de manter professores, em diversas escolas, nos horários destinados à religião, o que seria ideal, no Brasil, obedecendo ao pluriconfessionalismo constitucional.

O parecer 94/71 da Comissão especial do Conselho Federal de Educação, afirma que o "fundamento religioso da disciplina Moral e Cívica, está subjacente a Moral, a ser ensinada como Religião Natural que pré-existe à Religião Positiva. Deus é a luz da Razão, Origem e Causa do Universo."

Os direitos éticos e espirituais precisam ser preservados. As mutações de "mores" têm que se dar, mas sob orientação positiva, baseada no conhecimento da realidade nacional que chega a seu ponto mais alto, com a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros (isto é, Moral e Cívica em nível terciário).

#### 6 - A disciplina Moral e Cívica nos tres níveis

A educação Moral e Cívica poderia dizer ao professor que vai ensiná-la, num gesto de abandono e confiança: "Nas tuas mãos está o meu destino" (parecer 94/71).

A transferência do sentido disciplina - professor, é bem mais forte nesta disciplina, em que se manipula valores éticos, espirituais e patrióticos.

O professor, segundo o mesmo parecer, tem que ter moral ilibada e ser "um mestre reconhecido pelos alunos, como padrão de dignidade e competência".

O respeito ou desrespeito que a escola ou Faculdade votar à disciplina, quanto a possibilidade de horários para aulas e realização de festas cívicas, pode refletir-se sobre o "status" da disciplina, do professor e no interesse do estudante sobre o assunto.

É preciso cuidado imenso, nestes anos de implantação para que o estudante incorpore definitivamente esta disciplina e sobretudo a ame.

Se o estudante aprender a amar Estudo de Problemas Brasileiros, estará conhecendo o Brasil e amando-o também.

Como fundadora desta disciplina, em uma Faculdade e coordenadora desde seu início, pudemos avaliar as dificuldades dos primei

ros tempos, para arranjar horários, salas e professores, depois que as demais disciplinas já estavam em pleno funcionamento. Constatamos o susto dos estudantes, com a disciplina Moral e Cívica, que lhes parecia tradicionalista e ufanista, mas assistimos à reação, mais rápida que se possa imaginar.

Logo após a primeira aula, em que abordamos a realidade nacional e as responsabilidades de todos nós, passaram a modificar os horários de trabalho e ajudar e acomodar os tempos de aula, solicitando maior número de aulas.

A disciplina, encarada de tal forma, apesar dos percalços administrativos que ainda vem encontrando, tem sido um sucesso e temos a satisfação de dizer que nossa Faculdade, graças ao grande esforço do ano da fundação, conseguiu ser a pioneira da disciplina, da da regularmente, com aulas e provas, além de relatórios, pesquisas seminários e conferências.

#### 7 - Estudo de Problemas Brasileiros (análise)

O programa atual da disciplina, obedecendo à legislação presidencial, foi organizado pelo Conselho Federal de Educação em 1971, mas foi precedido pelas Diretrizes Básicas e Programas Básicos, tam bém excelentes, traçados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, no ano da implantação.

O programa definitivo emanado do Conselho Federal de Educação, aborda, com mestria, os principais problemas brasileiros, pois como dizem os legisladores, o programa é de Estudo de Problemas Brasileiros e não dos Problemas Brasileiros, o que seria quase impossí

vel estudar.

Não devemos, nem podemos apresentar o Brasil sem problemas. O próprio título da disciplina o demonstra.

Todos os países tem dificuldades a resolver e, mais ainda, os países que estão na etapa do desenvolvimento, com áreas de problemáticas diversificadas, desde o setor econômico até o psicossocial, portanto a exigir soluções que demandam uma evolução planejada.

O jovem deve ser chamado, pelo professor de Estudos Brasileiros, para conhecer os problemas e ser um dos responsáveis pela solução.

A juventude responde bem quando chamada a cooperar. Nossos estudantes o têm feito, através de participação em pesquisas comunitárias e solenidades cívicas, que focalizaremos mais adiante.

A omissão das novas gerações encontra suas raízes nas gerações anteriores.

Sendo o programa profundamente diversificado, surgiu o problema da distribuição de suas unidades entre especialistas. Tentamos, em nossa coordenação, estabelecer seis pessoas, nas diferentes especialidades, mas, na prática, tornou-se impossível o rodízio, em função dos demais problemas de horários de estudantes, docentes e cargas horárias básicas; especialmente porque os professores deviam ser recrutados nas próprias faculdades.

Por isto,  muitas Faculdades adotaram o regime de conferências.

Considerando que a disciplina iniciou-se, em geral, no meio do ano letivo de 1970, sem uma fase de divulgação maior, houve sérios problemas de adaptação administrativa, em vários lugares e por

este mesmo problema de adaptação de horários, viram-se as Faculdades que estavam dando cursos regulares, na contingência de preparar professores. Em nossa coordenação preparamos auxiliares de ensino que, sendo totalmente inexperientes, vieram a redobrar os cuidados com a orientação, escolha de bibliografia, etc., especialmente pela existência de grande número de livros, vendidos a preço ínfimo, em tabuleiros de liquidação, em algumas livrarias, expondo conceitos errôneos ou não aconselháveis. Alguns destes livros podem ser úteis, em uma ou duas afirmativas, a professores experientes, mas não poderiam figurar entre os livros básicos, podendo ser perniciosos aos jovens e aos próprios novos professores.

Parece-nos que a maneira ideal, é a manutenção de um coordenador que, é imprescindível, seja conhecedor do assunto, para orientar e coordenar.

É isto que determina o parecer 94/71; que sejam escolhidos para tal tarefa, professores diplomados em História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia e Pedagogia, até que haja habitação de professores, com o curso de Moral e Cívica, no terceiro nível.

Jamais desapareceu, para nós, o ideal de rodízio, para dar as diferentes partes do programa e, neste sentido, estamos orientando os auxiliares de ensino de nossa equipe.

Quanto ao regime exclusivamente de conferências, embora tenha despertado o interesse dos estudantes, pelos assuntos brasileiros, cremos que a falta de relação permanente professor-aluno, de diálogo mais constante, de continuidade, diminuem o rendimento efetivo.

O estudante nosso, ainda está condicionado a estudar para

passar e, dispondo realmente de pouco tempo para estudo, dadas as condições analisadas no setor econômico e psicossocial do trabalho, ouve, retém alguma coisa e não pesquisa mais.

Somos pelas aulas regulares que parecem constituir uma promessa, uma vez que, o Conselho Federal de Educação, começou o concurso de títulos para professores Titulares de Estudo de Problemas Brasileiros.

Entre os comentários analíticos, notamos que o parecer 94/71 estabelece que o programa deve ser ministrado na íntegra, mas não estabelece carga horária, deixando-a a critério das Faculdades.

As Congregações não conhecem o programa, nem as técnicas empregadas, para que possa ser dado com real proveito, tornando-se difícil aos coordenadores obterem uma carga horária suficiente para sua execução.

Em nosso caso, principalmente apontando os aspectos axiológicos da disciplina, preparando, com antecedência, a Congregação, uma carga semanal de quatro tempos foi conseguida.

O método de pesquisa tem sido por nós empregado e deve ser empregado nesta disciplina, mas não é possível exigir mais de uma pesquisa por semestre, dados os nossos aspectos estruturais, já analisados.

Entre os grandes impulsos que podemos dar, mesmo com poucos recursos, está o preparo de álbuns, com alunos, que passam a servir de acervo para as turmas dos anos seguintes. Esta solução que utilizamos, transmitimos a outros professores que também estão empregando, com proveito.

Não quero deixar de me referir ao noticiário da imprensa que é uma grande motivação, ponto de partida para um debate atual,

ao qual podemos dar profundidade.

E se fazemos, às vezes, observações negativas sobre os meios de comunicação de massa, devemos exaltar jornais e revistas que vêm publicando assuntos brasileiros, com ênfase, prestando, diretamente, serviços à educação e ao Brasil.

Se nenhum programa, currículo ou plano de aula pode ser inflexível, muito menos o de Estudo de Problemas Brasileiros, não só porque deve ir ao encontro do interesse dos brasileiros, como pelo fato de se destinar a todos os cursos e especializações. É preciso que, não esquecendo o resto do conteúdo, se dê especial ênfase às partes que serão aplicadas, mais tarde, pelo educando. A dosagem de determinados assuntos, para uma turma de Ciências Sociais, tem que obedecer a ritmo completamente diferente, à aplicada nos cursos de Matemática ou Línguas, embora os valores morais e cívicos sejam os mesmos.

Os acontecimentos nacionais e internacionais recentes, devem constituir técnicas motivadoras bastante utilizadas, sempre analisando a situação do Brasil na conjuntura.

## 8 - Universidade e comunidade

Um dos aspectos mais importantes da pesquisa, reside na busca da temática mais próxima. O estudante interessa-se, desta forma, pelos problemas da comunidade que passa a ajudar a resolver ou resolverá num futuro próximo, já numa formação de liderança comunitária. A comunidade deve ser informada.

Sempre sob a orientação do coordenador, estes estudos ser-

virão de subsídio a estudos posteriores e poderão ser trocados entre coordenadores de diversas Faculdades, podendo-se chegar a um levantamento de nível nacional. Num objetivo mais distante, estaremos formando as próprias lideranças nacionais, para a integração e portanto, para a segurança nacional.

No Brasil, onde o espírito comunitário é bem pouco desenvolvido, poderá ser exercitado através desta disciplina, principalmente através dos Centros Superiores de Civismo.

Por sua vez, a Universidade, passará a exercer sua função de formadora e líder das comunidades e elemento de interação nacional. Até hoje, vem cumprindo, apenas no plano horizontal o seu papel, com a troca de conferencistas, de uma Universidade para outra, ou Congressos Nacionais e Internacionais de especialistas, ou, ainda, no setor estudantil, com atividades estudantis, para estudantes.

As excessões que temos estão ligadas aos projetos Rondon e Mauá.

Muito mais pode ser feito no planejamento que sugerimos, tornando a Universidade, ligada à empresa, à sociedade em geral e à comunidade, a força motriz do desenvolvimento e, pelas idéias sadias e analíticas, um alicerce da Segurança.

#### 9 - Centros Superiores de Civismo e atividades extraclasse

Se as atividades do Centro Cívico são fundamentais, para a formação do espírito democrático, desenvolvimento do caráter e formação do espírito democrático nacionalista, seu ponto nevrálgico é o Centro Superior de Civismo, do qual devem fazer parte os profes-

sores e alunos de Faculdade.

O Centro Superior de Civismo, dirigido por estudantes, orientado por um professor, é a grande escola de democracia dos futuros dirigentes da nação.

Não se deve esquecer as festas cívicas nacionais, marcando-as com o simbolismo indelével ao espírito humano, principalmente às almas sensíveis, como é a índole do povo brasileiro.

Desde 1964 estamos realizando várias festas civico-literárias-musicais, com introdução histórica, social ou antropológica, com excelentes resultados.

Transferimos esta experiência ao Centro Superior de Civismo.

Citaremos, mostrando a colaboração estudantil, apenas a inauguração do Centro Superior de Civismo, entre as várias, nestes tres anos realizados, através de nossa coordenação, na Faculdade. O Centro Superior de Civismo, ofereceu 24 bandeiras do Brasil à Faculdade e fizemos uma procissão cívica das bandeiras que, ao som do hino da Independência, foram conduzidas às salas de aula e colocadas sobre as mesas, por uma aluna, seguida de guarda de honra, constituída por 2 colegas. A própria entrega das bandeiras às jovens, na sala da cerimônia, foi feita pelos estudantes, dirigentes do Centro Superior de Civismo.

A orientação coube apenas planejar e orientar, sendo passada toda a responsabilidade do símbolo de nossa soberania aos estudantes. Seguiu-se conferência sobre a Independência.

Sobre o Centro Superior de Civismo caberia nova monografia, mas não queremos deixar de lembrar que, além das festas cívicas, há possibilidade de montagens teatrais, viagens de estudos, formação

de cooperativa, concursos literários, publicação de uma revista e, entrosamento com os projetos Rondon e Mauá.

É preciso não esquecer que o orientador necessita de apoio e compreensão para estas realizações, que as vezes poderão afetar (apesar do planejamento com antecedência) os objetivos de outros professores e poderão aparentar excesso de centralização de um professor, mesmo quando chama os demais professores a colaborarem e aparecerem como conferencistas.

Para que os Centros Cívicos funcionem melhor e mais, em todos os níveis, é preciso que as escolas tenham maiores esclarecimentos, sobre seu papel e percebam que o orientador é, simplesmente, o educador de boa vontade, que com sua experiência ajuda ao jovem.

Nesta orientação geral deve avultar a importância do Comoci (coordenação de moral e cívica) órgão da Comissão Nacional de Moral e Civismo que poderá encetar campanha de esclarecimento e dar apoio aos orientadores e coordenadores nas dificuldades.

No Centro Cívico, o jovem aprenderá a ocupar as horas de lazer (grande preocupação de nossa época) e a competir lealmente, desenvolvendo valores espirituais, paralelamente aos intelectuais.

Em países excessivamente voltados para a técnica, em autêntica tecnocracia, as horas de lazer cresceram e, sem apoios espirituais, o enfraquecimento moral, diante dos embates da vida, leva o homem mais facilmente ao desalento e à permeabilidade às idéias negativas.

#### 10 - Atividades extra-escolares

Se voltamos a sentir, nos últimos anos, a importância da

moral e cívica, não podemos esquecer que as atividades extra-escolares, têm que acompanhar o planejamento geral. Não entraremos aqui no assunto, pois para resumir o incluímos nos capítulos 5 e 3, embora rapidamente.

### 11) Regulamentação da disciplina Moral e Cívica nos três níveis

A disciplina Moral e Cívica e seu desdobramento no terciário, Estudo de Problemas Brasileiros, vem sendo lecionada desde 1970.

Os artigos 35 e 36 da lei 68065, apontam a importância da formação especializada de professores de Moral e Cívica, nos três níveis.

Em 1971, promovemos duas "Jornadas de Estudo de Problemas Brasileiros" e entramos em contato com professores de diversos pontos do Brasil. Chegamos a conclusões, apresentadas em conferência, pronunciada no encerramento da II Jornada, no Palácio da Cultura, seguida de debates.

Na ocasião, apontamos diversos pontos básicos a serem aplicados, para o cumprimento efetivo da legislação.

Reuniremos algumas conclusões, principalmente as que foram propostas em Moções e enviadas às autoridades educacionais.

A primeira sugestão já foi resolvida, recentemente. No dia 8 de junho de 1972, o Conselho Federal de Educação aprovou o currículo mínimo, para a formação de professores de Moral e Cívica, para primeiro e segundo graus, que será feita como habilitação do Curso de Ciências Sociais. Não só o currículo está bom como, a colocação desta habilitação no Curso de Ciências Sociais, facilita pe

la base necessária, em estudos sociais, que deve presidir à formação do professor de Moral e Civismo.

No entanto, com base nas pesquisas que temos feito, das necessidades educacionais brasileiras, continuaremos a lutar por uma Faculdade de Estudos Brasileiros. Apresentamos proposta neste sentido, em fevereiro de 1972, à Comissão Nacional de Moral e Civismo, obtendo ótima repercussão. Ainda não foi deferida, definitivamente, restando da parte daquele colegiado uma dúvida: a penetração no ensino de Estudos Brasileiros, de elementos de ideologias contrárias aos objetivos nacionais, parece-lhes ser facilitada, pela existência de uma Faculdade. Mas, perguntamos, agora que o Conselho aprovou o seu entrosamento na Faculdade, no curso de Ciências Sociais, não será ainda mais séria a questão?

Creemos que será, realmente, aprovada a proposta, porque mais fácil será a preservação dos aspectos axiológicos, aos quais a Comissão Nacional de Moral e Civismo vem dando tanta ênfase, com uma Faculdade específica, onde a seleção dos próprios professores será feita, de acordo com a legislação especial de Educação Moral e Cívica.

Outro ângulo de grande importância, é o da especialização, urgente, dos professores que vêm coordenando e lecionando Estudo de Problemas Brasileiros, em nível superior e Moral e Cívica, em outros níveis, desde sua fundação.

Parece-nos que, os professores de ensino fundamental, deveriam ter o registro definitivo, precedendo-se a ele um curso de pequena duração, para dirimir dúvidas, considerando que são os responsáveis pela implantação, no período mais difícil.

Com o mesmo raciocínio, julgamos que os coordenadores e professores, chefes da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros,

dada regularmente, desde o período da implantação, deveriam ter oportunidade de um curso de especialização que lhes desse um "status" definitivo. Propuzemos, na II Jornada, que fosse dado pela Escola Superior de Guerra ou uma Universidade, determinada pelos poderes públicos. "Quanto a isto, o Forum de Estudos Brasileiros, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já resolveu. Acentuamos, ainda, que os coordenadores de Estudos Brasileiros, segundo o parecer 94/71, devem ser convocados entre especializações afins, o que facilita o acesso direto ao mestrado que, urge seja criado para Estudo de Problemas Brasileiros, dando-se prioridade para cursar, aos professores que já vêm coordenando.

Sugerimos, para a regularização do "status" dos professores e coordenadores de Estudo de Problemas Brasileiros, que o "curriculum vitae" do chefe da disciplina, seja obrigatoriamente enviado, pelas Faculdades, ao Conselho Federal de Educação, para que possa exercer as funções normais de professor titular, com voto na Congregação. Normalmente votamos, pela outra disciplina que temos e não, especialmente, por Estudo de Problemas Brasileiros. (As nossas observações não visam problemas pessoais, como se pode ver, mas à situação da disciplina).

Sendo o Conselho Departamental o principal órgão deliberativo das Faculdades, não nos parece lógico que o coordenador de Estudo de Problemas Brasileiros dele não participe, no caso de disciplina de tal importância para o Brasil e dispondo de uma legislação especial que bem poucos conhecem (também aqui cabe a ressalva de que, pessoalmente participamos do Conselho Departamental).

Estas decisões, especialmente a oportunidade de cumprirmos o doutorado, viriam esclarecer conceitos errôneos que ainda existem

sobre esta disciplina.

Muitas outras análises poderiam ser apresentadas, desde a bibliografia especializada, até os conceitos que temos captado, em dois anos e meio de pesquisas sobre o assunto.

Chega à existir a afirmação de que, no Brasil, não há ninguém capacitado a dar Estudos Brasileiros. A opinião é simplesmente derrotista. Se no Brasil não há ninguém que saiba "ensinar o Brasil", "transmitir o Brasil", seria lamentável e impatriótico.

Na década de 60, tivemos um adido cultural norte americano, Dr. Charles Boerer, que se prontificou a pronunciar conferências sobre o Brasil, em grande colaboração com nossos esforços culturais. Era ele especializado em Estudos Brasileiros, formado por Universidade Americana. Como podemos nós brasileiros hesitar, diante daquilo que é nosso, que somos nós todos somados?

### III - Conclusão

De qualquer forma, não só a legislação, dando capital importância a princípios morais e cívicos, a interpretação psicossocial dos acontecimentos vieram dar apoio a professores de ciências sociais, cercados, muitas vezes, como afirmou o General Moacyr Lopes, em recente conferência, por materialismo, pragmatismo e ideologias, como o diálogo sobre o assunto, trazido pelos Ministros de Estado, Escola Superior de Guerra e Professores Universitários, trouxeram novo alento aos que sempre valorizaram o espírito, a educação integral, acentuando a importância da família.

No Brasil quase aconteceu, antes da revolução de 1964, o

que houve outrora com outras civilizações. Pedimos licença para repetir exemplo apresentado em outros trabalhos nossos, por ser, talvez, o mais semelhante ao processo que se vinha estabelecendo no Brasil.

Na Idade Média, toda a planificação educacional do Império Árabe era firmada na religião.

Quando quiseram quebrar a unidade estatal, invadiram as Universidades, com idéias materialistas e acabaram por minar os alicerces, ruindo o Império.

Este foi o processo anterior à revolução e, tremendos foram os reflexos que a ela se seguiram nas Universidades mais materializadas, especialmente nos departamentos de História...

Não podemos deixar de lembrar a queda do Império Romano, pelo desaparecimento do espírito público, da Moral, da família, da tradição, forças mantenedoras da "civitas" sagrada e a grande força da planificação educacional cristã, que das ruínas reergueu o Ocidente, plasmando o mundo ocidental, definitivamente. É nossa a responsabilidade de resguardar séculos de cultura e tradição.

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Djacyr de Menezes, comentando o esvaziamento dos jovens e a penetração de ideologias perniciosas sentencia: "Embalsamando-se em ideologia o pensamento perde seu valor vital de inquérito sobre a realidade, sua flexibilidade dialética de permear as coisas: a inteligibilidade do universo pela razão desaparece".

Educação e desenvolvimento, Educação para o desenvolvimento, Desenvolvimento e Segurança, são títulos que, atualmente, enchem capítulos e prateleiras de Estudos Brasileiros.

Educação e desenvolvimento são processos interligados, com tantos reflexos mútuos que, dificilmente podemos analisar um, sem o

outro. Mas, é preciso mais do que desenvolvimento, para preservar a harmonia interna e a soberania nacional. Temos que penetrar, em profundidade na educação qualitativa, separar a educação integral da instrução individual para tarefas específicas; sejam estas manuais ou magníficos vãos intelectuais, pois só assim teremos o cidadão realizado, cômico de seus direitos e deveres.

A educação, com o precioso auxílio de Moral e Civismo, deve envolver o jovem, no que Renan denomina "a alma da pátria", por cuja integridade sintase responsável.

É este cidadão penetrado de nossas tradições e ideais democráticos, certo de seu papel diante da pátria e desta perante a História que garantirá a Segurança Nacional!

Emilia Thereza Alvares Ribeiro

Representante da Pontifícia

Universidade Católica -(matrícula 69)

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- 1) - Acioli, Júlia  
"Educação cívica como prática educativa"  
M.E.C.
- 2) - Bina Machado, General  
"Segurança Nacional"  
Apostilha - 1972
- 3) - Bodstein, Coronel Afonso Celso  
"Objetivos nacionais"  
Conferência - 1971
- 4) - Cavalcanti, Temístocles  
"Princípios gerais do direito público"  
Ed. Atlas
- 5) - Chaves de Mello Gladstone  
"Reflexões críticas sobre educação"  
"Carta mensal" - outubro - 1970
- 6) - Comissão Nacional de Moral e Civismo  
"Prescrições sobre currículos"  
"Programas básicos" - 1970
- 7) - Constituição Brasileira - 1946
- 8) - Constituição Brasileira - 1967
- 9) - Emenda Constitucional - 1969
- 10) - Decreto 68065/71
- 11) - Delfim Neto, Antonio  
"Planejamento para o desenvolvimento"  
Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais
- 12) - Diegues Junior, Manuel  
"Razões Brasileiras contra a discriminação social"  
Rev. Cultura - março - 1969
- 13) - Freyre, Gilberto  
"Interpretação do Brasil"  
José Olympio
- 14) - Grande, Humberto  
"Educação Cívica no Trabalho"  
M.E.C.
- 15) - Gudin, Engênio  
"Para um Brasil melhor"  
APEC
- 16) - Kelly, Celso  
"Política da Educação"  
Reper Editora
- 17) - Lourenço Filho  
"Organização e administração escolar"  
Melhoramentos
- 18) - Lourenço Filho  
"Educação comparada"  
Melhoramentos

- 19) - Leme Lopes, Pe.  
"Estudo de Problemas Brasileiros"  
Editora Renes
- 20) - Lei 5692
- 21) - Lei de Diretrizes e bases da Educação
- 22) - Lopes, Moacyr de Araujo  
"Bases Filófico-Constitucionais da Educação no Brasil"  
MEC
- 23) - Menezes, Djacyr  
"Idéias contra ideologias"  
Of. Gráficas da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 24) - Moog, Vianna  
"Bandeirantes e Pioneiros"
- 25) - Machado Paupério, Prof. Arthur  
"Necessidade do sentido axiológico para o Estudo de Problemas Brasileiros".  
Conferência
- 26) - Mc Luhan  
"Os meios de comunicação como extensões do homem"  
Cultrix
- 27) - Neiva, Alvaro  
"Educação cívica e as instituições extraclasse"  
MEC
- 28) - Pierson, Donald  
"Teoria e pesquisa em Sociologia"  
Melhoramentos
- 29) - Pio XII  
"Pio XII - e os problemas do mundo moderno"  
Coletânea - Melhoramentos
- 30) - Pontes, Hélio  
"Educação para o desenvolvimento"  
Cia. Editora Nacional
- 31) - Parecer 94/71 - Conselho Federal de Educação
- 32) - Queiroz Lima, Eusébio  
"Editora Casa do Livro"
- 33) - Ramos, Arthur  
"Introdução à Antropologia Brasileira" - 2. Vol.  
Coleção Estudos Brasileiros  
Casa do Estudante do Brasil
- 34) - Rodrigues, José Honório  
"Aspirações Nacionais"  
Civilização Brasileira
- 35) - Ribeiro, Emília Thereza Álvares  
"Esboço de plano para criação de Teatro Histórico no Brasil"  
In Anais do III Simpósio Brasileiro de Teatro (1957)
- 36) - "A ONU, a educação e o impacto das gerações": 1970  
Conferência (da mesma)
- 37) - "A Planificação Educacional Brasileira e os meios de comunicação de massa - conferência 1971 (da mesma)

- 38) - Estudo de Problemas Brasileiros: aspectos positivos e dificuldades - conferência - 1971 (da mesma)
- 39) - Relatórios da UNESCO - de 1966 a 1970, relativos à educação e assuntos afins.
- 40/45) - "Segurança e desenvolvimento"  
Revistas da Adesg n<sup>o</sup>s.: 125, 129, 133, 138 e 140
- 46) - Tönnies, Ferdinand  
"Comunidad y sociedad"  
Editorial Losada
- 47) - Universidade do Brasil  
"Quatro séculos de cultura"  
Diversas conferências  
Oficina gráfica da Universidade do Brasil
- 48) - Wiener, Norbert  
"Cibernética e sociedade"  
Cultrix



